

Linhares Geração S/A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da
Linhares Geração S/A
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Linhares Geração S/A (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhares Geração S/A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado (Nota explicativa 3.a)

A Sociedade possui registrado no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016, R\$ 344.159 mil, referentes a investimentos realizados oriundos do direito de autorização de geração de energia elétrica que compreendem o custo de construção de usina termelétrica. Independentemente de existirem indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"), a Sociedade avalia anualmente o risco de impairment desses ativos, cuja realização está suportada por estimativas de recuperação por meio de comparação do custo do ativo com o valor de mercado, baseadas em informações geradas por seus estudos técnicos internos, os quais envolvem julgamento significativo sobre a realização do negócio, e que estão suportados em premissas, tais como a taxa de câmbio do dólar norte-americano, a taxa de inflação e o valor da capacidade instalada por MegaWatts (MW), a fim de validar a premissa de venda dos ativos em mercado ao término do contrato.

Devido ao grau de subjetividade envolvido nas projeções de recuperabilidade desse ativo, associado às incertezas inerentes ao ambiente regulatório em que a Sociedade opera, e aos impactos que eventuais alterações nas premissas subjacentes teriam nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento sobre os controles chave relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas base para a elaboração dos estudos técnicos de impairment. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação e discussões com a Sociedade abrangendo o processo de preparação e revisão dos estudos técnicos elaborados para corroborar as análises de recuperabilidade desse ativo por meio de comparação do custo do ativo imobilizado com o valor de mercado. Adicionalmente avaliamos, a razoabilidade e consistência da análise utilizada comparando-a, quando aplicável, com dados obtidos de fontes externas. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Sociedade, principalmente as relativas à análise de sensibilidade que demonstram o impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis mudanças nas premissas-chave usadas pela Sociedade.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Linhares Geração S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		5.473	4.895	Fornecedores	11	27.631	22.565
Titulos e Valores Mobiliários	5	9.387	19.606	Dividendos propostos		-	2.467
Clientes	6	47.211	38.667	Debêntures	12	24.692	17.628
Tributos a recuperar	7	4.107	3.164	Tributos a recolher		4.887	3.781
Estoques	8	21.759	30.124	Obrigações setoriais		5.850	4.544
Despesas antecipadas		718	205	Outros passivos		4.359	3.642
						<u>67.419</u>	<u>54.628</u>
Serviços de Terceiros		9.498	6.120				
Adiantamento a Fornecedor		897	6.288	Não circulante			
Outros créditos		205	315	Debêntures	12	203.830	217.538
		<u>99.255</u>	<u>109.385</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	27.876	21.811
						<u>231.706</u>	<u>239.349</u>
Não circulante				Patrimônio líquido	14		
Despesas antecipadas		832	954	Capital social		110.558	110.558
Imobilizado	9	344.159	332.935	Reserva de capital		10.600	10.600
Intangível	10	3.864	3.983	Reservade lucro		12.760	21.359
		<u>348.855</u>	<u>337.872</u>	Reserva de Incentivos fiscais		15.067	10.763
						<u>148.985</u>	<u>153.280</u>
Total do ativo		<u>448.110</u>	<u>447.257</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>448.110</u>	<u>447.257</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhares Geração S/A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Operações continuadas			
Receitas	15	296.266	300.686
Custos dos serviços prestados	16	<u>(224.150)</u>	<u>(241.377)</u>
Lucro bruto		72.116	59.309
Despesas gerais e administrativas		(4.477)	(5.517)
Outras receitas		<u>391</u>	<u>-</u>
Resultado operacional		<u>68.030</u>	<u>53.793</u>
Despesas financeiras, líquidas	17	<u>(30.286)</u>	<u>(38.383)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		37.744	15.409
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	13.c	<u>(8.792)</u>	<u>(4.922)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>28.952</u>	<u>10.487</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhares Geração S/A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado do exercício	28.952	10.487
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>28.952</u></u>	<u><u>10.487</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhares Geração S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucro						Lucros Acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucro	Subvenção para Incentivos Fiscais			
Em 31 de dezembro de 2014	110.558	10.600	3.120	19.318	10.665	-	154.260	
Pagamento de Retenção de lucros, conf RCA	-	-	-	(9.000)	-	-	(9.000)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.487	10.487	
Constituição de reservas	-	-	519	7.402	98	(8.019)	-	
Lucro a distribuir	-	-	-	-	-	(2.467)	(2.467)	
Em 31 de dezembro de 2015	<u>110.558</u>	<u>10.600</u>	<u>3.639</u>	<u>17.720</u>	<u>10.763</u>	<u>-</u>	<u>153.280</u>	
Pagamento de Retenção de lucros, conf RCA	-	-	-	(17.720)	-	-	(17.720)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	28.952	28.952	
Constituição de reservas	-	-	1.448	7.673	4.304	(13.425)	-	
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(15.527)	(15.527)	
Em 31 de dezembro de 2016	<u>110.558</u>	<u>10.600</u>	<u>5.087</u>	<u>7.673</u>	<u>15.067</u>	<u>-</u>	<u>148.985</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhares Geração S/A

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	37.744	15.409
(+) Ajustes		
Depreciação e amortização	13.098	12.314
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.273	4.548
Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível	182	1.588
Juros de debentures	16.396	14.788
Atualização monetária de debentures	14.334	25.018
(+) Variações nos ativos e passivos		
Clientes	(8.544)	6.742
Titulos e Valores Mobiliários	10.218	13.143
Estoque	(4.763)	(21.145)
Outros créditos	788	(6.608)
Fornecedores	5.066	(7.875)
Tributos e contribuições sociais a recolher	7.170	1.668
Outros passivos	2.060	1.940
Caixa proveniente das atividades operacionais	98.022	61.530
Juros pagos das debêntures	(16.446)	(16.198)
Caixa líquido proveite (utilizado) nas atividades operacionais	81.576	43.745
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(24.276)	(16.750)
Aquisições de bens do ativo intangível	(46)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(24.322)	(16.750)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(2.467)	(9.000)
Dividendos propostos 2015	(17.720)	-
Dividendos intercalares	(15.527)	-
Amortização de dívidas	(20.962)	(15.992)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(56.676)	(24.992)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	578	3.591
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.895	1.304
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.473	4.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Linhares Geração S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade anônima de capital fechado com sede em Linhares, no estado do Espírito Santo. Seu controlador integral é a Linhares Brasil Energia Participações S.A., que por sua vez tem como controlador o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (FIP).

A Sociedade foi constituída em 24 de outubro de 2008, com o propósito de implantar a Unidade Termoeletrica (UTE) no município de Linhares. O projeto compreende a implantação e operação de uma usina termelétrica movida a gás natural com capacidade instalada de 204 MW. A Sociedade obteve a licença de operação em 13 de dezembro de 2010, cujo fornecimento de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN) iniciou em janeiro de 2011.

Em 4 de março de 2009, a Portaria MME nº 103 autorizou a Sociedade a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica.

A Sociedade possui 33 contratos de venda de energia por disponibilidade firmados junto a distribuidoras de energia, que garantem à Sociedade receita anual fixa de, aproximadamente, R\$ 86.906 durante o período de 2017 a 2025. Os bens da Sociedade não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em dezembro de 2043.

A Sociedade goza de incentivos fiscais no Estado do Espírito Santo, dentre eles o diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado e para as compras do gás, quando adquiridos internamente no Estado, reduzindo a carga tributária efetiva, conforme cláusula 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 152/2009. No âmbito municipal, houve o acordo com a Prefeitura de Linhares, reduzindo em 50% da alíquota do ISS sobre os serviços prestados à Sociedade na UTE durante a fase de construção.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 24 de fevereiro de 2017.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Classificação e mensuração

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.4.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

2.4.3 Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Sociedade compreendem o contas a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.4 Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e comercialização de energia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda, se necessária.

2.6 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 13).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.7 Imobilizado

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina termelétrica.

O imobilizado da usina termelétrica é depreciado considerando a vida útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente.

2.8 Intangível

Compreendem os gastos incorridos com indenizações pagas pela Sociedade pelo direito de uso de passagem de linha de transmissão (servidões), conforme determina a Resolução ANEEL nº 367 de 2009 e 474 de 2012 e software para os equipamentos de informática cuja amortização é de 20% ao ano.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente para qual não identificamos indícios de *impairment*.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.12 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.13 Debêntures

As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de captação, que representa seu valor justo no reconhecimento inicial. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

2.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.15 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.16 Novas Normas e Interpretação ainda não adotada

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)** - Efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.
- **CPC 48 / IFRS 9** - Instrumentos financeiros (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **CPC 47 / IFRS 15** - Receita de contratos de clientes (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **IFRS 16** - Arrendamento mercantil (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019)

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas, tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de disponibilidade e geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Perda (Impairment) estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade analisou e não identificou nenhum indicativo de “impairment”.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Sociedade vendeu no Leilão 2007/2 a totalidade de sua energia, garantida sob o Regime Regulatório, desta forma acreditamos não haver risco no recebimento dos créditos advindo destes contratos.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Sociedade, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos das debentures, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

Vencimentos

2017	24.692
2018	25.796
2019	28.593
2020	30.074
2021	30.074
2022	30.074
2023	30.074
2024	29.145
	<hr/>
	228.522
	<hr/> <hr/>

c. Risco de taxas de juros

A Sociedade não está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação do IPCA, entretanto as receitas fixas dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulatório - CCEAR estão indexados pelo IPCA.

d. Valorização dos instrumentos financeiros

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e debêntures.

Os valores registrados no ativo têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2016 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e/ou avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) Debêntures

As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidas dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Sociedade monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de financiamentos assinados. O nível de endividamento da Sociedade é medido pelo montante total de dívida de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim sumarizados:

	2016	2015
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	<u>299.125</u>	<u>293.977</u>
Total do patrimônio líquido	<u>148.985</u>	<u>153.280</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>2,00</u>	<u>1,92</u>

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

2016			
	Recebíveis	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	5.473		5.473
Títulos e valores mobiliários		9.387	9.387
Clientes	47.211		47.211
	52.684	9.387	62.071
Passivos, conforme balanço patrimonial		Empréstimos e recebíveis	Total
Fornecedores		27.631	27.631
Debentures		228.522	228.522
		256.153	256.153
2015			
	Recebíveis	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	4.895		4.895
Títulos e valores mobiliários		19.606	19.606
Clientes	38.667		38.667
	43.562	19.606	63.168
Passivos, conforme balanço patrimonial		Empréstimos e recebíveis	Total
Fornecedores		22.565	22.565
Debentures		235.166	235.166
		257.731	257.731

4.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

4.5 Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Cia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2016.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	14.836	10,50% 1.558	14% 2.077	17,50% 2.596
IPCA	Debêntures	228.522	4,71% (10.763)	6,28% (14.351)	7,85% (17.939)

5 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2016	31/12/2015
Certificados de depósitos bancários (*)	9.387	19.606
	9.387	19.606

(*) As aplicações financeiras são mantidas com bancos de primeira linha, possuem liquidez diária e possuem rentabilidades indexadas ao CDI.

Estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Clientes

Engloba a receita de disponibilidade e geração de energia até 31 de dezembro de 2015 e de 2016, contabilizada com base no regime de competência.

	31/12/2016	31/12/2015
AES Sul - Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	11.180	7.863
Ampla Energia Serviços S/A	985	863
Bandeirante Energia S.A.	1.050	917
CELESC Distribuição S.A.	1.703	1.492
CELG Distribuição S.A.	1.261	1.104
CEMIG Distribuição S.A.	2.610	2.257
Companhia Energética de Pernambuco - CELP	879	863
Companhia Energética do Maranhão - CEMAR	686	600
Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica - CEEE	1.946	1.656
Companhia Paulista de Força e Luz	2.237	1.923
COPEL Distribuição S.A.	4.512	3.916
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	2.161	2.400
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	5.781	5.059
Espirito Santo Centrais Elétricas S/A	858	752
Piratininga de Força e Luz S/A - CPFL	1.084	932
Rio Grande Energia S/A	1.199	858
Companhia Energética do Piauí	337	314
Centrais Elétricas do Pará S. A	531	378
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	452	321
Energia Mato Grosso do Sul - Distrib de Energia S/A	371	264
Outros	5.388	3.935
	<u>47.211</u>	<u>38.667</u>

7 Tributos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
Antecipação de IRPJ		
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	2	515
Crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado (a)	618	-
Crédito de PIS e COFINS sobre compra de matéria-prima (b)	1.486	1.462
Outros	2.001	1.187
	<u>4.107</u>	<u>3.164</u>

a. Crédito de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado

A Sociedade manteve o controle dos créditos a recuperar de PIS e COFINS sobre bens adquiridos e serviços tomados para a construção da usina térmica. A compensação dos créditos de PIS e COFINS sobre compra de ativo imobilizado teve o prazo de 24 meses, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

b. Crédito de PIS e COFINS sobre matéria-prima.

A Sociedade controla os créditos a recuperar de PIS e COFINS que foram calculados sobre os custos utilizados diretamente na operação e manutenção da usina termelétrica, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

8 Estoques

Corresponde a itens para a manutenção e conservação das máquinas e equipamentos da Sociedade.

9 Imobilizado

O imobilizado é depreciado considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente. Os móveis e utensílios e veículos são depreciados a 10% e 5%, respectivamente.

10 Intangível

Refere-se a servidões negociadas para instalação da UTE Linhares. A amortização é limitada ao prazo de concessão.

11 Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Espirito Santo Centrais Elétrica S/A	339	553
Cosan Combustível e Lubrificantes S.A.	395	350
Weg Equipamentos Elétricos S.A.	-	826
Wartsila Brasil	996	996
Petrobras Distribuidora S.A.	22.003	16.696
Marine Power Serviços e Reparos Navais Ltda	281	420
Soenergy Internacional Inc	295	295
Logimex Comercio Exterior Ltda	937	
Outros	2.385	2.429
	<u>27.631</u>	<u>22.565</u>

12 Debêntures

Em novembro de 2012, a Sociedade fez a emissão de debêntures não conversíveis em ações no montante de 220.000, atualizadas pelo IPCA mais remuneração de 7,25% ao ano.

	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal	Saldo atualizado
1ª série	16.02.2024	511	100	51.100	56.229
2ª série	16.05.2024	522	100	52.200	56.991
3ª série	16.08.2024	538	100	53.800	57.566
4ª série	16.11.2024	629	100	62.900	57.736
		<u>2.200</u>		<u>220.000</u>	<u>228.522</u>
	Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros		Total
Debêntures emitidas	7,25 + IPCA	227.888	634		<u>228.522</u>
Circulante					<u>24.692</u>
Não circulante					<u>203.830</u>

O montante registrado no longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento.

Vencimentos

2018	25.796
2019	28.593
2020	30.074
2021	30.074
2022	30.074
2023	30.074
2024	29.145
	<hr/>
	203.830
	<hr/> <hr/>

a. Garantias

As debêntures possuem as seguintes garantias reais: (a) alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Sociedade por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Móvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, (b) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da Sociedade, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e (c) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da autorização emitida por intermédio do Ministério de Minas e Energia por meio da Portaria no 13 de 16 de janeiro de 2008, que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normais legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar: (a) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR celebrados pela Sociedade e (b) todos os direitos, presentes e futuros, detidos pela Emissora em relação a conta vinculada na qual serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Emergentes da Autorização em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado, entre a Sociedade e o Agente Fiduciário (Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

Cláusulas restritivas as debentures

O índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, que fora atendido em 31 de dezembro de 2016.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, da base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

a. Composição do imposto de renda e contribuição social ativos diferidos

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais de imposto de renda	-	878
Bases negativas de contribuição social	-	324
	-	1.202

b. Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos

	31/12/2016	31/12/2015
Depreciação do ativo imobilizado	27.876	23.013

c. Efeitos no resultado:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	37.744	15.409
(-) RTT	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	37.744	15.409
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	12.833	5.239
Bônus e gratificações	539	24
Outros	(276)	(243)
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	13096	5.020
Lucro de exploração	(4.304)	(98)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	8.792	4.922

14 Patrimônio líquido

O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 110.558, representada por 11.412.628 ações ordinárias nominativas, intergalemnte controlada pela Linhares Brasil Energia Participações S/A.

a. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Conforme definido pelo estatuto social da Sociedade, qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios deverá ser autorizado pelos detentores das debêntures. Os dividendos propostos de 2015 no montante de R\$ 2.467 foram pagos no exercício de 2016.

b. Reserva de capital

A reserva de capital refere-se ao ágio na emissão de 400.000 ações ordinárias no exercício de 2009.

c. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedade por Ações. A reserva de retenção de lucros foi parcialmente utilizada para pagamento de dividendos no montante de R\$ 17.720 em 2016 (R\$ 9.000 em 2015) por meio de aprovação pelo Conselho de Administração conforme definido no estatuto social da Sociedade.

d. Dividendos intercalares:

Os dividendos intercalares pagos no exercício 2016 foram aprovados pelo Conselho de Administração conforme abaixo:

	Descrição	Pagamento	Valor
RCA de 19 de outubro de 2016	Dividendos intercalares	ago-16	5.527
RCA de 19 de dezembro de 2016	Dividendos intercalares	dez-16	5.175
RCA de 19 de dezembro de 2016	Dividendos intercalares	dez-16	<u>4.825</u>
			<u>15.527</u>

15 Receita líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilização de energia (Receita fixa)	76.095	69.431
Comercialização de energia (Receita variável)	241.973	253.133
Outras receitas (a)	12.333	12.122
	330.401	334.686
Impostos sobre serviços	(31.137)	(31.010)
Encargos do consumidor	(2.998)	(2.990)
	296.266	300.686

- (a) Receitas oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, originadas pelo saldo positivo do balanço energético da companhia, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Camara de Comercialização de Energia Elétrica.

16 Custos dos serviços prestados

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	16.188	16.465
Administradores	872	1.208
Material	12.663	15.929
Serviços de terceiros	13.630	21.105
Taxa de fiscalização	526	468
Depreciação	12.225	11.636
Aluguéis	53	222
Compra de Gás e Energia	167.948	173.026
Outros	45	1.317
	224.150	241.377

17 Despesas financeiras, líquidas

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas financeiras		
Juros de debentures	(16.396)	(14.788)
Atualização Monetária de debentures	(14.334)	(25.018)
Comissão sobre fiança	(125)	(126)
Outras	(1.836)	(1.064)
	(32.691)	(40.996)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação	2.305	2.503
Outras	100	110
	2.405	2.613
Resultado financeiro líquido	(30.286)	(38.383)

18 Honorários dos administradores

O total pago, no exercício de 2016, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Sociedade foi de R\$ 514. No exercício de 2015 o total foi de R\$ 1.208.

19 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na posição de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
		Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não apresentava causas com previsão de perda provável e por isso nenhuma provisão para contingências foi registrada.

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade possuía as seguintes causas possíveis relacionadas a dois autos de infração:

- a.** Auto de infração da Prefeitura Municipal de Linhares referente a não retenção de ISS sobre os contratos de prestações de serviços, no montante de R\$ 3.758. A Sociedade entende que vem cumprindo com todas as obrigações oriundas de retenção sobre o serviço e apresentou impugnação do respectivo auto de infração, informando as medidas que foram ou vêm sendo tomadas. Portanto em 31 de dezembro de 2016 não foi registrada provisão para contingências decorrente dessa autuação.
- b.** Auto de infração da Construtora Sucesso S/A nas questões da prestação de serviço para Linhares Geração S/A, esto incluído a redução da alíquota dos tributo, bônus de desempenho, serviços extras, custas processuais e honorários de sucumbência totalizando R\$ 3.594. A Sociedade entende que as condições estabelecidas do contrato de prestação de serviço foram atendidas . Portanto em 31 de dezembro de 2016 não foi registrada provisão para contingências decorrentes dessa autuação.

20 Seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros era composta de riscos operacionais (maquinas e moveis e utensilios) no valor R\$ 216.000 e de R\$ 10.000 para seguro de veículos e riscos ambientais no valor de R\$ 10.000.

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Francisco Vicente Santana Silva Telles
Contador
CRC/RJ 09.850/o-0